



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO	15.SET.1979		

RESCALDO DE UMA VISITA GOVERNAMENTAL À TERRA QUEIMADA DE PINHEIRO BRAVO

A reportagem da visita de Lurdes Pintasilgo e outros membros do Governo às vilas de Oleiros, Sertã e Proença-a-Nova, que estão encravadas na zona de Pinheiro Bravo mais vasta da Europa e onde, em Agosto, deflagrou o mais violento incêndio do ano em curso, que causou prejuízos avaliados em 35 mil contos — a reportagem da visita, dizíamos, não ficou esgotada com o apontamento ontem publicado. Há mais para dizer e convém que conste.

A propósito do Orçamento Geral do Estado, foi curioso notar que aqueles membros do Governo aconselhavam as pessoas com quem contactavam a não atirarem os seus problemas para cima dos outros e, paradoxalmente insistiam em dizer que o «exíguo» orçamento não tinha sido feito por si, porventura esquecidos que conseguiram injectar-lhe, com autorização parlamentar, mais 20 milhões de contos do que os 101 milhões pedidos por Mota Pinto.

Há 20 milhões de contos para o Governo reforçar as rubricas que muito bem entender. Logo, parece não vir a propósito a desculpa de que o orçamento foi feito pelo Governo antecessor.

Sobre a curta duração do seu Governo, disse a Primeiro-Ministro na Sertã que «curtos são 15 dias» e não 3 meses. Para além disso, é legítimo colocar dúvidas sobre o afastamento desta equipa da área do poder logo após as eleições intercalares. Este projecto de visitas semanais terá pontos positivos, mas não deixa de se rodear de aspectos políticos estranhos à recolha de experiências para melhor governação de um executivo aparentemente fadado a desaparecer no fim do ano. Logo, são legítimas as nossas dúvidas e elas foram reforçadas por muito do que vimos e ouvimos durante a deslocação de Lurdes Pintasilgo, Costa Brás e Joaquim Lourenço à zona do Pinheiro Bravo.

Como pontos positivos da visita consideramos a «cruzada» a favor do associativismo nas zonas de minifúndio, que ontem vincámos no nosso trabalho; a recolha de experiência por parte de quem, como Lurdes Pintasilgo, Costa Brás e Joaquim Lourenço parecem talhados a não se «apagarem» em Dezembro, ainda que se desfaça o seu Governo. Mesmo fora dele — e talvez melhor que dentro dele — aquelas três individualidades podem contribuir, e por certo contribuirão para a «construção de um país novo».

Efectivamente, «os papéis não representam o que vai no seio da população» e estes contactos, que deviam ser feitos por todos os políticos deste país, podem aguçar a sua sensibilidade para os grandes e graves problemas concretos do povo do interior de que normalmente estão divorciados os dirigentes.

Os três governantes encontraram deslocações no distrito de Castelo Branco, não saíram de assalto. O que fez para e constituiu um ponto negativo. Mas concedemos-lhe o «benefício da dúvida» sobre um programa mal elaborado e que ainda por cima não permitiu os desvios que foram sugeridos, fora do asfalto, devido a atrasos como aquele do opiparo almoço de duas horas que não souberam, como se impunha, recusar fosse tão prolongado.

Para a próxima, talvez convenha fazer como Ramalho Eanes nas suas deslocações ao interior. Levar almoço «de campanha» e recusar gastos desnecessários a Câmaras Municipais como a de Oleiros, que não se podem dar ao luxo de ferir os seus magros recursos com um lauto repasto para mais de 80 pessoas.

Pode parecer «embirração» nossa martelarmos neste ponto. Mas o reparo deve ser entendido como construtivo e, já agora, é extensivo a todas as câmaras que conhecemos e que anualmente gastam «escandalosamente», em comensais, verbas de que depois carecem para obras de que o povo necessita.

Isto não é demagogia. É a constatação de um facto que consideramos grave, gravíssimo, um reparo que poderia multiplicar-se e ser acompanhado de outros exemplos também negativos de certas visitas que se fazem neste país e que não ficam «económicas» a um povo que é forçado a apertar cada vez mais o cinto, a um país onde — como ainda há dias a própria Primeiro-Ministro fez questão de dizer através da T.V. — há inúmeros pensionistas que não recebem sequer o suficiente para se poderem alimentar.

É muito fácil vir dizer, com ar de pessoa preocupada, que há gente do povo que passa fome. Menos fácil é libertarmo-nos, na prática, de acções que contribuem para que essa gente seja cada vez mais miserável.

As visitas governamentais são, em certos casos, necessárias e não devem acabar. Devem ser despidas de aspectos negativos, também para que não se degrade ainda mais a imagem dos homens públicos perante um povo que precisa acreditar nos governantes para que se sinta motivado para os sacrifícios que aqueles, nos próximos anos lhe vão exigir.

Outro aspecto negativo que observámos e que se impõe registar, para que esta e outras equipas governamentais não cometam o mesmo erro, é o lançamento da ideia de que os presidentes das Câmaras Municipais conseguirão auxílios dos órgãos de Governo se fizerem o levantamento de carências e o levarem aos ministérios da tutela.

Ora bem: todos nós sabemos que muitos dos presidentes das câmaras do interior passam a vida a enviar memorandos e a correr para as direcções-gerais deste e daquele ministério, quase mendigando apoio (que em numerosos casos se impõe como dever da Administração Central), sem o conseguirem na maior parte das vezes.

A insinuação que se possa fazer, ainda que sem intenção de indispor o povo contra os edis, de que as coisas não se resolvem porque as vereações não lutam por elas, deve ser evitada, tanto mais que se pretende — foi Lurdes Pintasilgo que o afirmou — que os órgãos autárquicos sejam os dinamizadores da proposta de associativismo que foi lançada naquela região de Castelo Branco.

Se a população deixar de confiar nos responsáveis eleitos para as autarquias, como é que eles podem mobilizar essa mesma população para formas colectivas de trabalho no campo económico, social e noutros?

Também não nos parece correcto indispor o povo contra os seus médicos só porque entraram em greve de cuja responsabilidade — sobretudo na sua extensão — não se pode eximir o V Governo. E Lurdes Pintasilgo fê-lo ao responder às questões que lhe puseram, sobre assistência na doença, com esta frase: «Há outras pessoas neste país que se permitem parar o seu atendimento aos doentes...».

Na Sertã, não lhe foi dito que os médicos «eram maus» e daí o despropósito. Foi-lhe dito, sim, que o hospital (da responsabilidade do Governo) não possui estruturas técnicas e que os doentes que têm que ser transportados a Coimbra (citaram-se casos de pessoas com a coluna fracturada) se têm de sujeitar aos táxis ou a uma velhíssima ambulância (que o Governo já devia ter substituído) que é usada pelos bombeiros e que já tem... 800 mil quilómetros andados.

Os problemas — foram os visitantes que o disseram — não devem ser aliçados para cima dos outros, mas costuma dizer-se, nestes casos, que «bem prega frei Tomás».

Até agora, o Governo ainda não mostrou se vale muito, pouco ou nada. E porque não se pode ter ainda um saldo da sua acção, para quê começar a atirar as primeiras pedras? Aliás, todos sabemos que muita coisa está mal e a pedir reformas urgentes. O Governo tem a obrigação de as promover nos intervalos das visitas que resolveu passar a fazer semanalmente, às quintas-feiras.

Durante esta visita à zona do Pinheiro Bravo, foram colocados inúmeros problemas aos membros do Governo e tem que se dizer que a quase totalidade das questões foi tratada pela rama. Talvez não fosse a altura própria para as aprofundar... mas porque temos assistido a numerosas reuniões do tipo das que foram feitas em Oleiros e Sertã, e porque raramente se vêm resultados práticos, é-nos lícito reivindicar também o benefício da dúvida para as dúvidas que colocamos sobre prioridades na acção de um «Governo de 100 dias»: — visitas ou trabalho de gabinete para dar andamento às montanhas de projectos que devem ter sobrado dos outros governos? Visitas ou a gestão corrente, mais própria de um Governo limitado no tempo?

É caso para perguntar a este Governo, que parece ter tempo para visitas semanais a vários pontos do país, se lhe sobra algum para determinar quais os preços da madeira de pinho para o ano corrente, que já deviam ter sido estabelecidos e cuja falta pode prejudicar bastante os proprietários afectados pelos incêndios florestais, agora obrigados a vender a sua madeira aos intermediários no mais curto prazo e, talvez, ao desbarato.

A. SANTOS MARTINS